

Do fator previdenciário — ATALIBA PINHEIRO ESPÍRITO SANTO	265
Responsabilidade do Estado pela demora na prestação jurisdicional — PAULO MODESTO	291
Terceiro Setor da Administração Pública — Organizações Sociais — Contrato de gestão — EGON BOCKMANN MOREIRA	309
O princípio da proporcionalidade e as sanções penais nos contratos administrativos — FERNANDA KELLNER DE OLIVEIRA PALERMO	321
O Poder normativo das agências reguladoras — MARÍLIA DE ÁVILA E SILVA SAMPAIO	339
O advogado nos juízos: tribunais e órgãos da Administração Pública — JOSÉ GUILHERME VILLELA	349
 Jurisprudência dos Tribunais	
Servidor Público — Revisão geral anual de remuneração — Omissão legislativa — Justiça Federal do Ceará	361
Controle de constitucionalidade — Ofensa reflexa — Recurso extraordinário	370
 Jurisprudência Administrativa	
Lei Complementar nº 110/01 — Contribuições sociais — Natureza tributária (STF)	373
 Tribunal De Contas Da União	
Gratificação — Concessão indevida — Boa fé (TCU)	383
 Pareceres	
Empresa estatal — Funções de confiança — Constituição Federal, art. 37, nº II — SÉRGIO DE ANDRÉA FERREIRA	397
Ordem dos Advogados do Brasil — Tribunal de Contas — Não cabimento — ARNOLDO WALD	413
Capital estrangeiro — Assistência à saúde — Contribuição — IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	427
IPTU. Cláusulas pétreas — Emenda Constitucional nº 29/2000 — IVES GANDRA DA SILVA MARTINS/AIRES F. BARRETO	435

SUMÁRIO

Doutrina	
O controle de constitucionalidade no Brasil — KEITH S. ROSENN	1
Direito adquirido ao regime de aposentadoria — VALMIR PONTES FILHO	31
Princípio de legalidade e poder de polícia — CAIO TÁCITO	39
As agências reguladoras no direito brasileiro — ROBERTA FRAGOSO DE MEDEIROS MENEZES	47
O Direito Administrativo disciplinar na Polícia Civil do Estado de São Paulo — MARCOS DE LIMA PORTA	69
Processo administrativo, devido processo legal e a Lei nº 9.784/99 — RAFAEL MUNHOZ DE MELLO	83
Breves considerações sobre o equilíbrio econômico-financeiro nas concessões — FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO	105
O princípio da generalidade e o direito ao recebimento de serviços públicos ainda não prestados em caráter geral — FLÁVIO DE ARAÚJO WILLEMANN	111
Administração Pública pluricêntrica — ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO	131
Revisão geral anual de vencimentos — CYNARA MONTEIRO MARIANO	151
Aposentadorias exorbitantes em face do direito adquirido — GRACIELLE CARRIJO VILELA	157
Problemas acerca dos conflitos entre a jurisdição administrativa e judicial no direito português — MÔNICA SIFUENTES	167
A norma antielisão e seus efeitos — ANDRÉ LUIZ CARVALHO ESTRELLA	207
Usuário de Telecomunicações — SANDRA PIRES BARBOSA	231
A eficácia social da atuação do Ministério Público no combate à improbidade administrativa — RITA ANDRÉA REHEM ALMEIDA TOURINHO	253

Legislação

- Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002 — Altera e acresce dispositivos à Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. 459
- Decreto nº 4.118, de 7 de fevereiro de 2002 — Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. 460
- Decreto nº 4.166, de 13 de março de 2002 — Altera o § 1º do art. 33 do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, que regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer natureza. 474
- Índice Analítico** 475

REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO



JANEIRO/MARÇO-2002

227

FGV Fundação Getúlio Vargas

REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO